

36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT26 - PENSAMENTO SOCIAL LATINOAMERICANO

UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE OS CENTROS MEDIANOS DE ACUMULAÇÃO SUBIMPERIALISTAS

Fabio Marvulle Bueno (SOL/UnB) – fmbuenobr@yahoo.com.br

Raphael Lana Seabra (SOL/UnB) - raphaelseabra@hotmail.com

Resumo

Este ensaio resgata o referencial teórico da obra de Ruy Mauro Marini para sintetizar os debates sobre a validade sócio-histórica e sobre a consistência teórica da interpretação subimperialista; esboçar os vetores de determinação da atual fase do capitalismo mundial sobre a consolidação de um conjunto de centros medianos de acumulação subimperialistas; e propor uma análise sobre a configuração de um capitalismo latino-americano com a presença do subimperialismo brasileiro.

Palavras-chave: Subimperialismo, Ruy Mauro Marini, Dependência, Capitalismo, Brasil

Introdução

Desde a década de 2000, o capitalismo brasileiro passou a apresentar, em seu desenvolvimento, um conjunto de características que sugerem o início de um novo período histórico. No plano econômico, destacam-se um novo ciclo de crescimento e o aumento da taxa de investimentos, intensificação da presença do capital internacional no espaço econômico nacional, reforço das exportações de *commodities*, exportação de capitais na forma de multinacionais de origem local, consolidação do setor financeiro em diversos segmentos, diminuição das taxas de desemprego e aumento da formalização da força de trabalho. No plano político, a etapa presencia: a constituição de um bloco político neo desenvolvimentista, no qual o grande capital industrial passa a dividir a hegemonia política com as frações financeiras e agroexportadoras; a reorganização e retomada do movimento sindical; e uma orientação da política externa de maior projeção regional e internacional.

Esta nova etapa histórica vem engendrando esforços das mais diversas correntes teóricas em sintetizar e interpretar as novas características do capitalismo brasileiro, sobretudo aquelas mais diretamente ligadas ao âmbito das relações internacionais, ganhando ampla divulgação noções e conceitos como país emergente, potência regional, *global player* e semiperiferia, dentre outros.

Dentre essas correntes, ganha peso a que se propõe, mesmo diante de uma reconhecida diversidade de abordagens, resgatar e discutir a categoria de subimperialismo, cunhado originalmente por Ruy Mauro Marini, para interpretar o Brasil contemporâneo (LUCE, 2007 e 2011; BUENO e SEABRA, 2009 e 2012; BUGIATO e BERRINGER, 2010; CAMPOS, 2010; CURADO, 2010; FONTES, 2010; AMARAL, 2011; TRASPADINI, 2011; BERALDO, 2012; SOUZA, 2012).

O processo de constituição de uma corrente interpretativa do subimperialismo vem colocando três importantes debates: um primeiro sobre a pertinência do enfoque, sua validade sócio-histórica; o segundo debate versa sobre a consistência teórica da categoria subimperialismo, abarcando o referencial teórico e metodológico da obra de Ruy Mauro Marini; o terceiro é a preocupação com o entendimento do processo histórico de desenvolvimento capitalista do Brasil e da América Latina, seja em sua gênese histórica, seja

em seus desdobramentos atuais, o que leva a propostas de interpretação da conjuntura política e econômica do continente, bem como de outras experiências subimperialistas.

Considerando que o potencial explicativo da corrente subimperialista passa pelo aprofundamento desses três debates, em especial o da proposição de interpretações históricas que apontem corretamente as tendências econômicas e políticas do capitalismo brasileiro e latino-americano na atualidade, este ensaio tem três objetivos. O primeiro é sintetizar os debates sobre a validade sócio-histórica e sobre a consistência teórica da interpretação subimperialista. O segundo é esboçar os vetores de determinação da atual fase do capitalismo mundial sobre a consolidação de um conjunto de centros medianos de acumulação subimperialistas. O terceiro é propor uma análise sobre a configuração do capitalismo latino-americano com a presença do subimperialismo brasileiro.

Para tanto, após esta introdução, resgataremos a interpretação subimperialista de Marini, passando a uma síntese dos debates sobre a validade sócio-histórica e a consistência teórica da categoria subimperialismo. Analisaremos a recente inserção brasileira e a nova etapa histórica do capitalismo que influencia a constituição dos centros medianos de acumulação subimperialistas, para então propor um panorama latino-americano diante de um Brasil subimperialista.

A interpretação subimperialista e a Teoria da Dependência

Para Marini, o subimperialismo expressa uma dinâmica particular que a economia, a luta de classes e a política externa assumem naqueles países dependentes que, dentro de “*uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal*” (MARINI, 1974, p.22), tornam-se “*(...) centros medianos de acumulação – que são também potências capitalistas medianas –, o que nos tem levado a falar da emergência do subimperialismo*” (MARINI, 1977a, p.8), não podendo ser confundido com um desenvolvimento do capitalismo autônomo ou da superação da relação de dependência (MARINI, 1992, p.151). É imprescindível considerar que o conceito de *dependência* é definido por Marini como “*uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as*

relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARNI, 2000, p.109).

Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo mundial condicionaria a constituição das relações de produção nos países dependentes, influenciando a consolidação de determinadas características na burguesia local, permitindo que algumas dessas sociedades dependentes ascendam a uma posição de centros medianos de acumulação subimperialistas, o que não nega, mas antes reforça, a influência do desenvolvimento da economia mundial sobre a dinâmica política e econômica dos países dependentes.

E quais seriam as especificidades dos centros medianos de acumulação subimperialistas? Apresentariam, primeiro, o “exercício de uma política [externa] expansionista relativamente autônoma”, a qual “não só se acompanha dum maior integração ao sistema produtivo imperialista senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional” (MARINI, 1974, p.17). A forma específica dessa política externa seria a cooperação antagônica (MARINI, 1974; 1977a) com os centros imperialistas, cujo cerne é a coexistência entre uma ativa e estreita colaboração com a estratégia geopolítica do imperialismo em manter e desenvolver as relações capitalistas por todo o globo, e frequentes choques pontuais com esta mesma estratégia, não para questioná-la, mas sim para galgar posições mais elevadas na hierarquia capitalista. Segundo, os centros medianos de acumulação subimperialista também alcançaram “uma composição orgânica média em escala mundial dos aparatos produtivos nacionais” (MARINI, 1974, p. XII/XIII; 1977b) e uma organização monopolista dos principais ramos da economia dependente. Por fim, o subimperialismo apresenta uma conjuntura na luta de classes específica em que as alianças burguesas estabelecidas no interior do bloco no poder são realizadas em vistas da busca de uma maior integração ao mercado mundial.

Aplicando estes parâmetros ao caso brasileiro, verificamos que o processo de internacionalização produtiva pela exportação de capitais locais, intensificado na década de 2000, junto ao de abertura financeira (entrada de capitais internacionais), propiciaram uma conjuntura específica para a reorganização do bloco no poder, donde aquelas frações burguesas ligadas diretamente ao mercado internacional (exportadoras de *commodities*, a grande indústria local em processo de internacionalização, as multinacionais de origem

estrangeira e a fração ligada às finanças) foram capazes de alcançar a condição hegemônica, direcionando todas as grandes iniciativas de política econômica.

O intenso processo de centralização de capitais no Brasil, nas décadas de 1990 e 2000¹, principalmente na forma de fusões e aquisições em vários setores da economia, muitas vezes contando com suporte público (a exemplo da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES na constituição e consolidação de grandes grupos econômicos), implicou em um aumento da composição orgânica do capital de determinados setores da burguesia que permitiu ao grande capital brasileiro condições de internacionalizar a etapa produtiva, via exportação de capitais, e tornarem-se líderes mundiais em seus ramos, apresentando-se em outras economias com uma composição orgânica acima (economias periféricas) ou pelo menos igual à média (economias centrais), de forma a se apropriar extraordinariamente de parte da mais-valia produzida em outras economias (BUENO, 2011).

É a partir da construção dessa hegemonia, e das modificações econômicas nas frações burguesas componentes do bloco no poder, que a cooperação antagônica deve ser apreendida, focando o atendimento e a conciliação possíveis dos interesses das frações burguesas locais internacionalizadas em meio a relações de concorrência e cooperação com o capital internacional, desdobrando-se na articulação de instâncias políticas e econômicas regionais - do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) - que buscam potencializar, nos marcos dados pela atual divisão internacional do trabalho, a inserção internacional dos capitais que atuam a partir do Brasil.

Os debates sobre o subimperialismo

¹ Um indicador dessa intensidade no Brasil vem do número de fusões e aquisições anunciadas pela imprensa especializada entre 2004 e 2011: 415 em 2004; 389 em 2005; 573 em 2006; 722 em 2007; 645 em 2008; 644 em 2009; 798 em 2010; e 751 em 2011, conforme Relatório de Fusões e Aquisições no Brasil da Consultoria Price Water House, abril de 2012.

A constituição da corrente interpretativa do subimperialismo vem se defrontando com debates teóricos importantes, versando sobre a validade sócio-histórica e a consistência teórica do enfoque.

O debate sobre a pertinência sócio-histórica do subimperialismo esboça um padrão recorrente de crítica (SILVA, 2005; VILLA, 2006; SENHORAS e VITTE, 2007; BORGES, 2009; SOUZA, 2012), passível da seguinte esquematização: após equiparar o subimperialismo a uma noção marcadamente vaga de imperialismo (tomado quase sempre como mero sinônimo de expansionismo militar), passa-se a análise da política externa do Brasil pela busca de similaridades com esse imperialismo sem natureza definida, concluindo pela impossibilidade de enquadrar o Brasil como um país imperialista e conseqüentemente subimperialista.

Os limites desse padrão crítico são i) o esvaziamento da noção de imperialismo, reduzindo equivocadamente uma discussão sócio-histórica complexa à mera dimensão militar; ii) uma equiparação entre duas categorias (imperialismo e subimperialismo) sumamente distintas, ainda que interligadas; iii) uma análise excessivamente centrada na dimensão estatal, com foco na política externa e militar, sugerindo que o imperialismo e o subimperialismo decorreriam essencialmente de uma vontade do Estado, desconsiderando as influências da economia e das classes sociais sobre o Estado e sua política externa; e iv) a assunção implícita da independência da política externa em relação ao desenvolvimento da economia mundial (decorrente do enfoque “estadocêntrico”), sugerindo o subimperialismo como um subsistema autônomo, independente e até mesmo apartado do imperialismo e do mercado mundial, o que desloca todo o esforço explicativo para fatores estritamente internos e contingentes a cada caso histórico específico.

É oportuno frisar que a formulação subimperialista reconhece a importância da intervenção estatal², a qual torna possível “fundamentar o projeto, não de uma estrutura subimperialista, senão de uma *política* subimperialista” (MARINI, 1977a, p.21 – *itálico*

² “Nos encontramos com o fato de que as burguesias dependentes se encontram ligadas com a burguesia internacional e cada vez mais integradas com ela (...). As burguesias (...) nativas, mesmo quando optam conscientemente por sua integração com a burguesia imperialista, tem que apoiar-se no Estado, enquanto instrumento de intermediação capaz de levar a cabo este processo sem que ele implique a destruição pura e simples da burguesia nativa. Nesta qualidade, atuando como intermediário no processo de convergência da burguesia dependente com a burguesia imperialista, o Estado vê se acentuar (...) sua capacidade de ação sobre a economia dependente”(MARINI, 1977b).

nosso), seja por intermediar a política externa de cooperação antagônica, seja por influir na luta de classes contra os trabalhadores, seja ainda por atuar na acumulação de capital das economias dependentes. Entretanto, a interpretação subimperialista não vislumbra a dimensão estatal como elemento explicativo central, pois a considera determinada pela composição orgânica média da economia e pelos interesses das frações burguesas locais (principalmente aquelas em fase de internacionalização produtiva).

Outro debate importante problematiza as dimensões teóricas fundamentais da interpretação subimperialista (FONTES, 2010; SOUZA, 2012), abarcando questões metodológicas, nexos entre elementos teóricos e a definição de determinados conceitos na obra de Marini.

Souza (2012) levanta uma interessante crítica metodológica ao uso de “diferenciação por graus” na construção de alguns conceitos na abordagem de Marini. Esta opção metodológica implicaria em dificuldades de operacionalização, visto a necessidade de definição do ponto a partir do qual uma determinada categoria sofreria mudanças qualitativas que justificariam a proposição de um novo conceito (exploração passando a superexploração, centros de acumulação com status mediano, etc).

Em que pese ser correta a crítica sobre o aspecto operacional dos conceitos oriundos de “diferenciação por grau”, deve-se considerar que os conceitos marxistas de elevado grau de abstração, como composição orgânica e exploração do trabalho, não se propõem a mensurações empíricas/quantitativas diretas da variável em si, mas sim acusar transformações qualitativas no processo de desenvolvimento histórico do capitalismo, através da constatação de mudanças na manifestação de determinado conceito, prescindindo de maiores definições sobre o “ponto de mudança”.

A categoria superexploração do trabalho³ é outro objeto de polêmico debate. Fontes (2010) defende a hipótese de que tal conceito expressaria a ocorrência de um *truncamento*

³ O conceito de superexploração do trabalho (MARINI, 2000) tenta dar conta de uma forma singular de produção e apropriação de mais-valia, cujo foco não é a relação entre os tempos de trabalho necessário e excedente (BUENO e SEABRA, 2010), sim a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, congregando os expedientes de aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), intensificação do trabalho (mais-valia relativa) e o estabelecimento da remuneração do trabalhador na forma salário sem correspondência ao custo de produção ou reposição da força de trabalho, implicando na apropriação de quinhão do fundo salarial por parte do capitalista.

*da lei do valor*⁴ no capitalismo dependente. Ora, seria pertinente considerar a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, característica da superexploração, como um truncamento ou violação da lei do valor, principalmente no interior da relação capital-trabalho?

Apesar de sugestiva, a ideia de truncamento ou violação da lei do valor não está presente na elaboração original de Marini. Apesar da superexploração pressupor um caráter estrutural no descompasso entre remuneração e valor da força de trabalho no capitalismo dependente, o desrespeito da troca de equivalentes entre capital e força de trabalho na relação de superexploração mostra-se uma condição necessária para a reprodução do capital dependente, em seu esforço de contraposição a transferência de valor intracapitalista que caracteriza a dependência. Nessa perspectiva, pode-se considerar que não há um *truncamento/violação do valor da força de trabalho*, mas sim uma forma, plenamente regida pela lei do valor, de intercâmbio social próprio do processo de reprodução do capital nas condições de dependência.

Ainda no debate da superexploração, muito se questiona o papel conferido por Marini a dimensão da realização, mais precisamente “(...) *a centralidade da problemática do consumo & superexploração da força de trabalho*” (SOUZA, 2012:9). Sugere-se que o subimperialismo traduziria um determinado esquema de realização no capitalismo dependente que recorre ao exterior para contornar as limitações de um mercado interno que conjugada restrição na demanda por bens de consumo duráveis, diante de uma classe trabalhadora superexplorada, com a excessiva capacidade produtiva da indústria direcionada a bens suntuários. Nas palavras de Fontes (2010):

⁴ Este viés interpretativo remonta ao trabalho de Jaime Osório (2004), que se vale do termo violação ao invés de truncamento. As dificuldades da apresentação do conceito que busca debater são enormes: “os trabalhadores dos países capitalistas periféricos suportariam a agregação de todas as formas de exploração, desde aquelas sob a vigência da lei do valor, como a extensão de jornadas, intensificação do trabalho, com o aumento da produtividade, *até aquelas fora da lei do valor*, acarretando a redução da própria vida dos trabalhadores” (FONTES, 352 – *italico nosso*). Não há referência em Ruy Marini sobre formas de exploração fora da lei do valor, como também, Fontes não sugere quais seriam estas. Ademais, nos parece que a autora infere algumas questões de Dialética da Dependência (MARINI, 2000) de forma inexata. Assim, quando afirma que “ainda para Marini, a superexploração se ligaria estreitamente ao próprio caráter da industrialização brasileira”, a autora dá a entender que o surgimento do fenômeno de superexploração do trabalho resulta das condicionantes da industrialização dependente, escapando o fato de que o fenômeno da superexploração do trabalho tem início justamente na estrutura herdada pela economia exportadora que é dialeticamente conservada durante o processo de industrialização brasileiro.

“(…) a superexploração se ligaria estreitamente ao próprio caráter da industrialização brasileira, realizada sob as condições de um mercado interno truncado (incapaz de realizar plenamente a reprodução dos trabalhadores), tendendo à produção de bens suntuários, direcionados a parcela restrita da população, assim como reiterando a recorrente necessidade do recurso ao mercado externo dos capitais implantados em solo brasileiro para a realização de sua produção, dada a pequenez do mercado interno” (FONTES, 2010:354).

Avaliamos que a crítica da causalidade entre problemas de realização no processo de industrialização dependente resultando no subimperialismo é extremamente correta. Entretanto, o foco de Marini na ideia de ciclo do capital dependente (MARINI, 1977c) mostra que é a busca de lucro pelo capital, com todas as suas contradições, e não a mera dificuldade de realização, a raiz da extrapolação das fronteiras nacionais pelo grande capital.

Neste sentido, Fontes (2010) aponta, corretamente, que a relação entre a superexploração e a política subimperialista na última década não pode ser estabelecida tal como sua concepção original em *Subdesenvolvimento e Revolução* ou *Dialética da Dependência*, visto que ambas evocavam a exportação de manufaturas (e implicitamente de capital) como modo de superar os limites internos de realização. Teoricamente, a exportação de capitais não decorre de problemas de realização, mas sim do nível de composição orgânica do capital. Esse é o mote para propomos que o foco analítico do subimperialismo deva ser a exportação de capital organizado sob a forma de multinacionais.

É importante lembrar que mais do que uma forma de realização do capital, Marini confere centralidade ao Consumo por este influenciar no processo de produção de mais-valia, via definição do tempo de trabalho necessário para reposição da força de trabalho. Incremento na produção dos bens de consumo durável, destinado aos trabalhadores, pode diminuir a parte da jornada de trabalho destinada a repor o valor da força de trabalho, engendrando um mecanismo de mais-valia relativa.

Outra importante crítica dirigida a elaboração subimperialista refere-se ao processo de aumento da composição orgânica na economia brasileira. Nas palavras de SOUZA (2012:10/11), “(…) o processo de desenvolvimento capitalista não logrou a conformação de

um capital financeiro nacional, a partir da fusão entre capital bancário e produtivo, segundo o modelo das economias centrais”, implicando que “(...) a economia brasileira não está suficientemente monopolizada (não alcançou a “etapa” do capital financeiro)”. Conseqüentemente, na ausência “(...) de capital financeiro e poder militar são desproporcionais as acusações de imperialismo ao Brasil”. Tal elaboração implica em dois problemas.

Primeiro, Souza (2012) assume que apenas uma forma histórica específica de centralização e concentração capitalista, aquela capitaneada pela fusão entre bancos e indústrias no centro capitalista, permitiria a expansão externa do capital, deixando de perceber que é o nível de composição orgânica, e não a forma pela qual essa se deu, o elemento chave para a internacionalização do capital. Segundo, a necessidade da presença do elemento militar na caracterização imperialista feita pela autora obscurece o fato de que é o interesse do grande capital monopolista direcionando a política estatal, e não um recurso de poder específico (no caso o militar), o elemento determinante para o expansionismo imperialista.

A nova etapa histórica do capitalismo e os centros medianos de acumulação

A recente ascensão de um conjunto⁵ de economias periféricas à condição de centros medianos de acumulação subimperialistas, chama a atenção por dois motivos. O primeiro é a intensidade, destacada na Tabela 1. Constata-se o aumento do peso no PIB mundial dos chamados Países Emergentes e em Desenvolvimento, em detrimento dos centros capitalistas, representados pela alcunha Países Desenvolvidos. Os primeiros respondiam por 31% do PIB mundial em 1980, passando para 48% trinta anos depois, em 2010. Tal processo fica mais claro quando tomamos em análise a trajetória de China e Índia, que passam,

⁵ Tomaremos aqui principalmente os casos de Brasil, Rússia, Índia e China, conjunto comumente conhecido pelo acrônimo BRIC. Entretanto, o raciocínio pode se estender, sem grandes óbices, para casos como a África do Sul e Irã.

respectivamente, de 2,1% e 2,5% para 13,6% e 5,4% no mesmo período. Cabe destacar a distinta trajetória brasileira, mantendo seu peso no período⁶.

Tabela 1
Participação no PIB mundial – regiões e países selecionados

Região/país	1980	1990	1995	2000	2005	2010
Países desenvolvidos	69,0	69,0	63,9	62,7	58,6	52,0
EUA	24,6	22,9	22,8	23,5	22,6	19,5
Países emergentes e em desenvolvimento	31	31	36,1	37,3	41,4	48,0
Índia	2,5	3,1	3,3	3,7	4,2	5,4
China	2,1	4,8	5,6	7,1	9,4	13,6
Brasil	3,9	3,0	3,0	2,9	2,7	2,9

Fonte: IMF – World Economic Outlook Database

O segundo motivo é a simultaneidade histórica da ascensão dos centros medianos de acumulação, sugerindo a influência de processos socioeconômicos comuns a tais experiências, irredutível a fatores internos e contingentes. Retomando a elaboração da Teoria da Dependência, a explicação dessa concomitância histórica deve ser buscada na nova etapa histórica do mercado mundial, mais especificamente em três eixos.

O primeiro eixo é o desenvolvimento mundial das finanças a partir da década de 1970, em várias dimensões: aumento e diversificação dos mercados financeiros; integração dos mercados nacionais; surgimento de novos agentes (fundos de investimento, *hedge funds*, fundos de pensão); nova leva de instrumentos financeiros (derivativos); aumento da mobilidade internacional de capitais nas modalidades de Investimento Direto e portfólio (títulos de dívida e ações); e o surgimento e disseminação de comportamentos influenciados pelos parâmetros das finanças (CHESNAIS, 2005).

Tal desenvolvimento das finanças incentivou o aumento da presença do capital internacional por toda a periferia, incentivando um intenso processo de concentração e centralização de capital nos centros medianos de acumulação. Presencia-se, no âmbito produtivo, uma rodada de expansão das multinacionais para tais regiões, implicando na

⁶ É importante notar que China, Índia e Rússia passaram por intensas transformações no período, à exemplo do Brasil. Entretanto, as ocorridas nos dois primeiros não implicaram em períodos de retração econômica, como as observadas no Brasil e Rússia. Para um panorama do processo chinês e russo, ver MEDEIROS (2000) e (2008). Para o indiano, ver PRATES & CINTRA (2009).

construção de novas plantas produtivas e aquisição de empresas locais estatais e privadas (processo de centralização), além de transplantar para o âmbito local novas tecnologias de produção e gestão, não só de forma concorrencial com o capital local, mas também cooperativa, por meio de *joint-ventures*. No âmbito financeiro, o desenvolvimento internacional das finanças possibilitou a entrada e consolidação de instituições financeiras estrangeiras, sobretudo as bancárias, conectando diretamente o mercado local ao mundial. Além disso, e mais importante, ocorre i) o desenvolvimento de mercados locais de ações e de títulos de dívida privada (BIS 2008a; 2008b) possibilitando não só às frações locais meios efetivos para levarem à frente grandes processos de concentração e centralização empresarial, desaguando na proliferação de grandes grupos multinacionais de origem local, mas possibilidades de maiores lucros ao capital fictício internacional; e ii) possibilidade dos grandes grupos locais exportarem capitais, valendo-se da emissão de títulos e ações nos mercados financeiros internacionais, reforçando a conexão com o capital fictício.

A elevação da concentração e centralização de capitais nos centros medianos de acumulação implicou em um processo de transnacionalização de grandes grupos econômicos locais pela exportação de capitais. A Tabela 2 mostra um panorama dessa transnacionalização pela exportação de capitais, trazendo a participação nos fluxos mundiais de Investimento Direto Externo (IDE). Enquanto os países em desenvolvimento respondiam por 5% dos fluxos de saída (*outward*) de IDE em 1990, vinte anos depois, em 2010, passaram a responder por perto de um quarto dos mesmos. Cabe destaque para a trajetória chinesa e indiana são marcantes no período, passando de 0,3% e 0,1% para 5,1% e 1,1% no mesmo período, ao passo que o Brasil eleva sua participação durante a década de 2000, de 0,2% para 0,8%.

Este quadro mostra uma profunda imbricação entre a estruturação de uma burguesia local apoiada na concentração e centralização de capitais que engendram uma composição orgânica mediana a ponto de possibilitar um processo de internacionalização, e a adoção de uma política externa de cooperação antagônica pelos estados nacionais dos centros medianos de acumulação.

**Tabela 2 - Participação na saída (outward) mundial de IDE
Regiões e países selecionado**

Região/país	1990	2000	2010
Países desenvolvidos	95,0	88,8	70,6
EUA	12,8	11,5	24,8
Países em desenvolvimento	5,0	10,2	24,8
Brasil	0,2	0,2	0,8
China	0,3	0,7	5,1
Índia	0,1	0,1	1,1

Fonte: UNCTADstat

A manutenção da participação brasileira no PIB mundial nas décadas de 1980 e 1990 (Tabela 1) coincide com mudanças na forma de incorporação do Brasil ao mercado mundial, captada pela modificação na composição e no volume dos fluxos de capitais direcionados ao país (Figura 1). Enquanto a década de 1980 presencia a retração dos fluxos voluntários de empréstimos bancários internacionais (rubrica outros), configurando a Crise da Dívida Externa, a década de 1990 mostra a reconexão do Brasil ao mercado financeiro internacional, com entrada intensa dos investimentos em carteira (títulos e ações) e o início da retomada dos Investimentos Diretos Estrangeiros - IDEs no contexto das privatizações. Entretanto, a instabilidade e os ajustes decorrentes desse processo de reconexão só foram superados em meados da década de 2000, quando todas as rubricas ganham novo fôlego, contribuindo para um novo ciclo de crescimento na economia brasileira, e mostrando uma correlação que sugere a estreita imbricação do subimperialismo brasileiro ao mercado mundial.

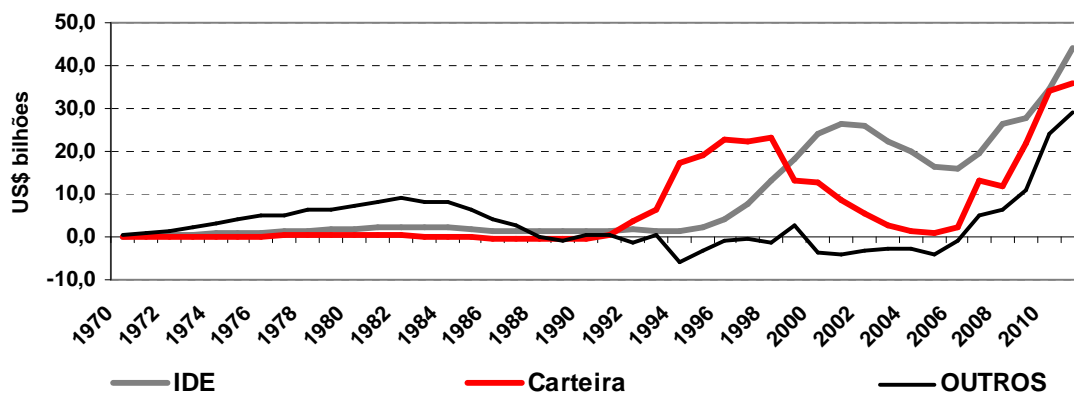
O segundo eixo da nova etapa histórica do mercado mundial é uma intensa reestruturação do Mundo do Trabalho, caracterizada na literatura como a generalização da *flexibilização* toyotista⁷ na produção / acumulação / consumo / trabalho frente à *rigidez* destas formas no modelo taylorista-fordista, traduzindo-se na difusão de novas tecnologias que padronizam mercadorias e a gestão da força de trabalho. Isso facilita o intercâmbio global de mercadorias e a transferência dos processos e plataformas produtivas para regiões mais vantajosas do ponto de vista da valorização do capital, implicando em um processo de

⁷ Entre os experimentos de reestruturação do mundo do trabalho podemos ressaltar alguns casos típicos como a disseminação das “empresas domésticas” na Terceira Itália, o “volvoísmo” na Suécia e o “toyotismo” no Japão, que se generalizam em conformidade com as peculiaridades setoriais e nacionais.

intensificação do trabalho (DAL ROSSO, 2008), implicando no aumento das jornadas de trabalho, precarização das relações de trabalho (vulga flexibilização) e captura da subjetividade do trabalhador pelo capital (cf. ALVES, 2007).

Tal reestruturação do Mundo do Trabalho atuou elevando a taxa de mais-valia, seja pelo aumento do tempo de trabalho não pago (mais-valia absoluta), como diminuição do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho (mais-valia relativa). Os centros medianos de acumulação contaram não só com as taxas de mais-valia elevadas, decorrentes da reestruturação do Mundo do Trabalho, mas com a incorporação de grandes contingentes de força de trabalho às relações de assalariamento tipicamente capitalista, possibilitando um aumento significativo da massa de mais-valia direcionada ao processo de acumulação.

**Figura 1 - Brasil - Entrada de capitais por modalidade
(média móvel de 3 anos)**



Fonte: Banco Central do Brasil

O terceiro eixo da nova fase do capitalismo é a ampliação do mercado capitalista mundial pela incorporação da China e do extinto bloco de países socialistas do Leste Europeu às relações tipicamente capitalistas de propriedade privadas dos meios de produção e assalariamento da força de trabalho, impulsionando o crescimento da economia mundial, não só por proporcionar acesso das potências econômicas ocidentais a um vasto mercado de trabalho, consumo e recursos naturais, mas também por incentivar a acumulação de capital em outras regiões periféricas, a exemplo do aumento das exportações primárias latino-

americanas (ARRIGHI, 2007). A integração da China e do Leste Europeu ao mercado capitalista mundial redesenham a divisão internacional do trabalho, pois i) servem como plataforma de recepção de grandes empresas, dadas as diferenças salariais, jornadas de trabalho flexíveis, nenhuma ou pouca legislação trabalhista, baixo ativismo sindical e disposição dos governos locais de atrair o grande capital internacional; ii) pressionam as classes trabalhadoras dos países capitalistas centrais, via ameaça de mobilidade de capital, à maiores concessões: redução dos salários, aumento das taxas de exploração e a concorrência entre os trabalhadores por postos de trabalho precários e escassas oportunidades de emprego; iii) aceleram a tendência à generalização da superexploração do trabalho como modalidade no capitalismo central, e aprofundam a estrutura superexploradora da América Latina, transferindo as possibilidades de uma mais-valia extraordinária à força de trabalho (SOTELO, 2009).

As citadas características do mercado mundial influenciaram e engendraram um cenário de luta de classes extremamente desfavorável a classe trabalhadora, agravado pela capacidade da coordenação mundial norte-americana sobre os interesses imperialistas, a qual restringiu a possibilidade de atritos intra imperialistas de alta intensidade⁸, direcionando as ações militares do bloco imperialista e o transplante de modelos de livre mercado para a periferia capitalista, principalmente nas regiões e países com recursos naturais estratégicos. Cada lugar em que os interesses do grande capital forem questionados, os norte-americanos se apresentam como garantidores do mesmo, valendo-se dos mais variados recursos político, militar, ideológico e econômico para tanto. Além disso, e tão importante quanto à defesa dos interesses imperialistas no geral, a coordenação estadunidense busca e consolida a livre movimentação de capital por todo o mundo.

Este quadro político da atuação estadunidense na defesa do capitalismo, aliada à ascensão das finanças, incorporação de novos espaços ao mercado mundial e uma profunda reestruturação do Mundo do Trabalho, implicaram na intensificação mundial da concorrência entre as frações do grande capital. Considerando que as alianças da grande burguesia em torno de maior inserção internacional passa a ditar a política dos Estados-Nação subimperialistas, desdobra-se uma busca por melhores posições na hierarquia

⁸ Para um desenvolvimento desta tese, ver PANITCH e GINDIN, 2005; KATZ,

internacional pelo grande capital de origem periférica e seus estados nacionais, valendo-se da conjugação entre internacionalização econômica e política externa de maior relevância.

O subimperialismo brasileiro e a hierarquia sul-americana

Por considerar o subimperialismo um desdobramento do Imperialismo em certos países dependentes, Marini pressupõe a existência de uma hierarquia entre os países capitalistas, em forma piramidal, cujo vértice é ocupado pelos países imperialistas do centro, seguido por aqueles que alçaram a condição de centros medianos de acumulação, deixando aos demais países a posição de base da pirâmide.

A ideia de hierarquia entre países capitalistas expressa, a nosso ver, tanto a importância da influência da economia mundial sobre as diversas economias nacionais, como a diferenciação na capacidade de determinação (grau de autonomia relativa) sobre processos socioeconômicos dentro da economia mundial, como o estabelecimento de relações de trabalho, inovação e difusão tecnológica, intensidade e padrão de acumulação de capital, dentre outros aspectos. Com isso, os países do vértice da pirâmide conseguem definir amplas dimensões e aqueles que se encontram em posições inferiores tomam tais dimensões como dadas e passam a ajustar outras para compatibilizar a integração na hierarquia piramidal.

Dada a tentativa de ressaltar a autonomia relativa da parte (economia nacional) perante o todo (economia internacional) faz da noção de hierarquia piramidal um conceito apropriado apenas para análises que envolvam, em um dos pólos, a dimensão internacional.

A emergência dos centros medianos de acumulação impele, logicamente, a um esforço teórico de hierarquização regional a partir deste na condição de vértice. Tal raciocínio incorre em alguns equívocos. O primeiro, e mais evidente, é encarar o subimperialismo como um sistema autônomo e apartado em relação à economia mundial, desconsiderando que aquele só se constitui enquanto tal como um produto desta. Segundo, em um período histórico de liberdade de movimento de capitais e de independência política formal dos países dependentes, o Imperialismo não necessita intrinsecamente da

intermediação do centro mediano de acumulação para incorporar as economias dependentes à hierarquia mundial, fato captado pela ideia de cooperação antagônica.

Uma correta análise da região envolta com centros medianos de acumulação deve ater-se às maneiras de incorporação ao o mercado mundial e as influências sobre a acumulação de capital e os desdobramentos geopolíticos dessas diferenças.

Consideremos a influência do subimperialismo brasileiro em nosso continente a partir da Tabela 3, que traz dados sobre a entrada de Investimentos Diretos na América Latina e Caribe, durante a década de 2000. No decorrer da década, o peso relativo dos Estados Unidos e Europa no IDE direcionado à América Latina diminuiu significativamente (-9,6 p.p. e -3,2 p. p. respectivamente). A própria América Latina (com destaque para o Brasil) e a região asiática (com destaque para a China), elevaram sua participação no IDE (3,2 p.p. e 3,6 p.p.), mostrando um aumento conjunto da influência do capital brasileiro e chinês em detrimento do estadunidense e europeu. Entretanto, esta visão panorâmica esconde assimetrias importantes dentro da América Latina, as quais guardam certa correspondência com a organização geopolítica do continente.

Os países organizados no Mercosul mostram manutenção do peso dos investimentos diretos dos EUA (exceção é o Brasil, com -7,8 p.p.) e diminuição na participação dos investimentos diretos europeus e das exportações direcionadas à Europa e EUA. Tal espaço passa a ser ocupado, em menor grau, pelo investimento direto da Ásia (exceção do Paraguai, com diminuição de 34,6 p.p.), e em maior medida pelo originário da própria América Latina, captando a atuação do subimperialismo brasileiro. Depreende-se desse quadro a consolidação nos anos 2000 de influências majoritária dos capitais estadunidense, chinês e brasileiro na região do Mercosul.

Outro grupo latino-americano com características distintas de inserção internacional é formado por Chile, Colômbia e Peru. Enquanto o capital europeu perde peso nos investimentos diretos, não é clara a tendência do capital estadunidense. Nestes países, os dados disponíveis mostram que a Ásia não aumenta sua influência nos investimentos diretos, como percebido nas demais regiões do continente, ao passo que a América Latina aumenta o peso nos investimentos e mantém a perda de importância no destino das exportações.

Portanto, um grupo de países que consolida seu processo de acumulação influenciado pelo IDE dos EUA e Brasil.

Já o grupo formado por Equador, Bolívia e Venezuela, organizados na chamada Aliança Bolivariana para as Américas – ALBA, apresenta uma diminuição do peso do capital estadunidense no IDE. A região é a única em que o capital europeu aumentou o peso no investimento direto, junto ao do latino-americano e asiático. Portanto, a região congrega influências dos capitais europeu, latino-americano e asiático.

Por fim, a América Central, representada por Costa Rica, México e República Dominicana, mostram diminuição relativa dos investimentos diretos dos EUA. A tendência dos investimentos diretos é o da manutenção da importância da Europa, China e Brasil, variando sua intensidade de país para país.

Esta breve análise do quadro dos Investimentos Diretos na América Latina mostra que a emergência do subimperialismo brasileiro i) elevou a presença do capital brasileiro no continente; ii) conseqüentemente, imprimiu uma competição que ameaça a posição hegemônica do capital estadunidense e europeu no continente; iii) a expansão brasileira coincide com a do capital sino asiático na América Latina, iv) contribui para conformar uma fragmentação de regiões articuladas de forma distintas aos capitais de diferentes origens; v) essa fragmentação abre espaço para diferentes projetos políticos em curso no continente.

Tabela 3 América Latina e Caribe: Origem dos Investimentos Diretos Estrangeiros – 2000 a 2010 (em %)												
País	2000 – 2005						2006-2010					
	EUA e Canadá	União Europeia	AL	Ásia e Oceania	Outros	Total	EUA e Canadá	União Europeia	AL	Ásia e Oceania	Outros	Total
América Latina	37,8	43,2	5,3	2,6	11,1	100,0	28,2	40,0	8,5	6,2	17,1	100,0
Argentina	13,5	47,6	21,5	0,0	17,4	100,0	16,3	41,4	24,9	1,5	12,7	100,0
Brasil	22,2	53,9	3,9	4,7	15,4	100,0	14,4	44,6	5,3	13,6	22,2	100,0
Uruguai	6,0	28,5	17,3	0,0	48,2	100,0	6,5	16,3	34,2	0,9	42,1	100,0
Paraguai	53,7	56,7	-22,6	16,7	-4,5	100,0	87,4	10,9	17,3	-17,9	2,4	100,0
Chile	31,9	51,9	5,0	2,1	9,1	100,0	29,3	35,7	6,2	0,1	28,7	100,0
Colômbia	25,5	41,8	12,9	0,6	19,2	100,0	38,2	6,5	43,9	0,6	10,8	100,0
Peru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equador	24,0	10,5	34,8	1,4	29,3	100,0	-9,4	33,3	71,5	14,6	-10,0	100,0
Bolívia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venezuela ¹	-	3,59	1,5	-	-	-	-	28,8	3,65	-	-	-
Costa Rica	64,3	13,6	17,3	0,0	4,8	100,0	60,4	13,6	8,7	0,5	16,8	100,0
México	58,9	33,7	1,2	2,0	4,2	100,0	49,4	43,3	1,4	0,9	5,0	100,0
República Dominicana	47,1	34,7	4,0	-3,1	17,2	100,0	43,1	30,7	23,3	3,1	-0,2	100,0

Fonte: Cuadro II.2 América Latina y el Caribe: origen de la inversión extranjera directa, 2000-2010, pag 68;

1 – dados obtidos a partir dos principais países de origem do IDE discriminados no Quadro I.A.2 - La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2011, sendo considerado apenas o ano de 2005 e a média de 2007 e 2008

O quadro de padrão fragmentado de inserção internacional da América Latina, influenciado pela consolidação do centro mediano de acumulação brasileiro, justifica o cenário latino-americano de processos de integração de conteúdos distintos e até mesmo opostos. Iniciativas amplas de integração e defesa da soberania como a ALBA, a UNASUL e a recentemente a criação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), sobrepõem-se a iniciativas de caráter sub-regional, tanto com uma maior ligação ao mercado mundial - Comunidade do Caribe (CARICOM), o Sistema de Integração Centro Americana (SICA), a Comunidade Andina (CAN) e os Tratados de Livre Comércio bilaterais assinados com os Estados Unidos, como com afirmação da influência subimperialista brasileira - o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação subimperialista vem analisando as características mais importantes do capitalismo brasileiro contemporâneo e enfrentando importantes debates que envolvem sua validade histórica e consistência teórica. Passível de críticas pertinentes, como a dificuldade de relacionar superexploração e subimperialismo na última década, mas trazendo um potencial explicativo considerável, a categoria subimperialismo ainda não é explorada com profundidade, tanto que poucos autores (críticos e defensores) retomam a obra seminal sobre o desenvolvimento da dinâmica subimperialista – *Subdesenvolvimento e Revolução* –, se atendo demasiadamente a *Dialética da Dependência* que dedica apenas suas duas últimas páginas à questão.

O potencial explicativo da interpretação subimperialista passa pela possibilidade de análise de casos semelhantes no atual período histórico, todos influenciados pela nova configuração do mercado mundial. Com isso, propomos um quadro latino-americano no qual a ascensão brasileira, embora ameace a hegemonia do capital estadunidense e europeu no subcontinente, contribui decisivamente para o estabelecimento da fragmentação econômica e política, manifesta na convivência nem sempre harmoniosa de diversos projetos regionais e sub-regionais de integração.

Ao fim, cabe questionar até onde o progressismo da internacionalização capitalista brasileira realmente defende a soberania regional frente aos interesses dos grandes grupos

imperialistas do centro, como também, até onde essa internacionalização amplia ou restringe a própria soberania política de seus vizinhos em razão dos interesses do capital brasileiro.

Bibliografia

ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007, 288 p.

AMARAL, Laura Beraldo. Ruy Mauro Marini e o Subimperialismo Brasileiro. Trabalho apresentado no I Colóquio Nacional Marx e o Marxismo: teoria e prática. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 28 de novembro a 01 de dezembro de 2011.

BERALDO, Laura. A categoria *Subimperialismo*: breves considerações. IN: Anais do I Seminário de Crítica da Economia Política: questões contemporâneas. UFVJM, Teófilo Otoni, 2012.

BORGES, Fábio. A crise Brasil e Bolívia em 2006: sub-imperialismo brasileiro? Paper apresentado no Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, junho de 2009.

BUENO, Fábio e SEABRA, Raphael. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea. Anais do 6º Colóquio Internacional Marx e Engels. IFCH Unicamp, Campinas, 03 a 08 de novembro de 2009.

_____. O pensamento de Ruy Mauro Marini e a atualidade do conceito de superexploração do trabalho. In: IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2010, Londrina-PR. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2010.

_____. El protagonismo brasileño en el siglo XXI: subimperialismo o semiperiferia? In: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos, v. 02, p. 75-86, 2012.

BUENO, Fábio. Burguesia dependente, superexploração da força de trabalho e subimperialismo: elementos para uma interpretação do Brasil contemporâneo. In: Anais do 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2011.

BUGIATO, Caio e BERRINGER, Tatiana. Governo Lula: autonomia externa ou subimperialismo? Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. UEL, 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. Financial globalization and emerging market capital flows. Monetary and Economic Department, BIS Paper nº 44, December, 2008a.

_____. New financing trends in Latin America: a bumpy road towards stability. Monetary and Economic Department, BIS Paper nº 36, February, 2008b.

CAMPOS, Pedro. A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini. In: Anais do III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica, Brasília, 23 e 24 de setembro de 2010.

CHESNAIS, François (org.). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo, Boitempo, 2005, 256 p.

CURADO Pedro Rocha Fleury. O Brasil na América do Sul: sub-imperialismo ou liderança regional benigna? Anais do VI Colóquio de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico (SEPLA), Montevideo, 29 de setembro a 01 de outubro de 2010.

DAL ROSSO, Sadi. Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 200.

FONTES. Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história.. EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010, 388 p.

KATZ, Cláudio. La teoría clásica del imperialismo (I), 2011. Disponível em http://www.lahaine.org/b2-img11/katz_teorial.pdf, acesso em 30/01/2012.

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2007.

_____ A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital: a história de uma categoria. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarolo y Revolución*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

_____ *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. Tomado de Cuadernos Políticos nº 12, Ediciones Era, México, abril-junio, 1977a.

_____ *Estado y crisis en Brasil*. Tomado de Cuadernos Políticos, nº 13, México, D. F., Ediciones Era, julio-septiembre de 1977b.

_____ El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Ursula (Coord.). Mercado y dependencia, Nueva Imagen, México, 1979c, pp. 37-55.

_____ América Latina: integração e dependência. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

_____. *Memórias*. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João (Orgs.) Ruy Mauro Marini, vida e obra. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. China: entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, J. L. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. In: FIORI, J. L. et al. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008.

OSÓRIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar Reproducción del capital y dependencia*. Colección América Latina y el Nuevo Orden Mundial. México: Miguel Ángel Porrúa, 2004.

PANITCH, Leo e GINDIN, Sam. As Finanças e o Império Estadunidense. In: PANITCH, Leo e GINDIN, Sam (orgs.) *O Império Reloaded*. Buenos Aires, CLACSO, 2006 (Socialist Register, 2005).

PRATES, Daniela & CINTRA, Marcos. A estratégia de desenvolvimento da Índia: da independência aos dilemas da primeira década do século XXI. In: Cardoso Jr., J. Celso; Acioly, Luciana; Matijascic, Milko. *Trajetórias recentes de Desenvolvimento: estudo de experiências internacionais selecionadas*. Livro 2. Brasília: Instituto de Pesquisa Aplicada, 2009, p. 379-432.

SENHORAS, Elói e VITTE, Claudete. A Agenda do Desenvolvimento sob Questionamento: Liderança, Hegemonia ou Sub-Imperialismo Brasileiro na Geografia da Integração Regional da América do Sul?. In: XI Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2007, Bogotá. *Anales del XI Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Bogotá: UNAL, 2007.

SILVA, Henrique. Subimperialismo à brasileira? Alguns apontamentos sobre o expansionismo e as pretensões hegemônicas brasileiras no cone Sul. IN: *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Vol. 27, No 1 (2005).

SOUZA, Angelita Matos. Expansionismo brasileiro e subimperialismo. *Boletim Meridiano* 47, Brasília, Vol. 13, N. 130, mar. 2012. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/5983> Acesso em 03/05/2012.

TRASPADINI, Roberta. Ruy Mauro Marini e a teoria da dependência: a superexploração e o subimperialismo continuam vigentes? In: *Anais do 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 2011.

VILLA, Rafael. Política externa brasileira: Capital social e discurso democrático na América do Sul.
IN: Revista Brasileira De Ciências Sociais - vol. 21 nº. 61, 2006.